

À Margem Dos Jornais: Uma Análise Da Representação Das Áreas De Vulnerabilidade Social Da Grande Vitória Na Imprensa ¹

Ana Carolina RONCHI²

Edgard REBOUÇAS³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

O presente trabalho visa tecer uma problematização inicial sobre a(s) maneira(s) como a imprensa capixaba representa as áreas de vulnerabilidade social da Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo. Compreendendo o jornalismo como instituição autorizada a narrar sobre o cotidiano, pretende-se discutir sobre as competências da profissão (e dos profissionais) ao falar sobre o outro, assim como do processo de rotinização presente na confecção desses conteúdos.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias do Jornalismo; Vulnerabilidade Social; Imprensa Capixaba; A Gazeta; A Tribuna.

INTRODUÇÃO

O jornalismo não é economia, mas a discute; não é política, mas discorre sobre ela; não é simplesmente cultura, mas sobre ela também informa. Logo, refletir sobre o jornalismo é também lançar luz à constituição dos indivíduos enquanto sociedade, é mapear as configurações de um espaço, é relatar sobre o cotidiano, é hierarquizar o que de mais importante tem para ser conhecido ao longo de um dia. É sob esta ótica que se apresentam aqui proposições sobre a(s) maneira(s) de o jornalismo tecer narrativas sobre as áreas de vulnerabilidade social da Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo (as reflexões iniciais aqui problematizadas fazem parte de uma dissertação ainda em desenvolvimento). Interessa primordialmente discutir sobre a função do jornalista ao

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Jornalista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Email: ana.ronchi.acr@gmail.com.

³ Jornalista, professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Email: edgard.reboucas@ufes.br.

noticiar sobre tais localidades, assim como refletir sobre a competência desse profissional que historicamente noticia sobre situações das quais não está diretamente inserido – e por vezes corre o risco de formular conteúdo noticioso com base em estereótipos já construídos e difundidos socialmente, assim como já ressaltava Walter Lippmann (2008, p. 91), no início da década de 1920: “não há tempo nem oportunidade para conhecimento íntimo. Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças”.

Nesta perspectiva, como um primeiro movimento de entender tal processo, é necessário retomar à ideia de Imprensa como instituição. Cabe a ela ocupar um espaço privilegiado na sociedade, assim como desempenhar funções específicas. Ao discutir sobre ideologias e técnicas da notícia, Nilson Lage (2001, p. 12) ressaltava que, como possibilidade material, a imprensa já existia muito antes da exigência social que a fez brotar. E, sob o mesmo ponto de vista, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p. 249) apontam para a metáfora do jornalismo como uma cartografia moderna. É graças a tal função que são criados os mapas para que os cidadãos naveguem pela sociedade. Para os autores essa é tanto a sua utilidade quanto a sua razão econômica de ser.

Interessa, portanto, refletir sobre a produção de conteúdos jornalísticos, assim como a função moral e social do jornalista ao narrar sobre *o outro*. Ao voltar-se para a constituição dos jornalistas como grupo, é necessário enfatizar sua complexidade, pois não se trata obviamente de uma categoria social homogênea. Entretanto, é fundamental também ressaltar que jornalistas têm antecedentes, sobretudo na classe média. E, mesmo que se busque métodos que defendam o discurso de conteúdos imparciais, é notório que ao exercer sua função, o profissional carrega consigo traços do lugar que ocupa e das visões de mundo que carrega. Logo, seja pelos enquadramentos ou escolha de fontes, o jornalismo é uma atividade subjetiva, que reflete os posicionamentos daqueles que o formulam.

Se, ao acionar historicamente a figura do jornalista, visualiza-se majoritariamente como pessoas que descendem da classe média, pode-se concluir que eles, por sua vez, são os indivíduos que vivem, ocupam e falam sobre o centro das cidades. Portanto, narrar sobre outras realidades que não se enquadram nessa perspectiva pode representar tarefa complexa, e, pode vir a ser uma oportunidade de lançar ideias estereotipadas sobre aquilo

que é diferente. Entretanto, mapear geograficamente esses espaços não é fácil: da favela à periferia, do mangue ao subúrbio, do morro à comunidade. Muitas podem ser as nomenclaturas que designam os espaços (e, por consequência, seus habitantes) considerados marginalizados e que fogem daquilo que representa o “centro”. Dessa forma, ao lançar um olhar para a cobertura jornalística desse *outro*, do que é diferente, a opção neste estudo foi por uma categorização que contemple o aspecto da vulnerabilidade social, em especial à relação de tais espaços com a violência.

Ao discutir sobre o marco conceitual da vulnerabilidade social, Simone Monteiro (2011, p. 36) remonta que a utilização do termo passa a ser fortemente difundida a partir dos anos 1990. Inicialmente, a utilização ocorreu principalmente nos debates das políticas públicas, em especial no que tangia à epidemia de AIDS.

Ainda a respeito da terminologia, Monteiro reforça o caráter de complexidade da definição:

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos. Dessa forma, a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância. (MONTEIRO, 2011, p. 35)

Dessa maneira, ao focar no conceito de vulnerabilidade social, e se tratando de um trabalho no âmbito da Comunicação, enfatiza-se aqui o quesito de exposição à violência. Assim, a opção foi por realizar uma análise da representação midiática que compreende os dez bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória que concentraram as maiores taxas de homicídios no ano de 2016. Por corresponderem à instância máxima da violência, os índices de homicídio auxiliam a configurar o que se compreende por um espaço de vulnerabilidade.

Tabela 1: Relação de homicídios nos bairros da Grande Vitória em 2016

Município	Bairro	Homicídios
Serra	Feu Rosa	18
Serra	Jardim Carapina	18

Serra	Vila Nova de Colares	17
Serra	Nova Carapina I	14
Serra	Novo Horizonte	11
Serra	Planalto Serrano	9
Cariacica	Cariacica Sede	8
Cariacica	Padre Gabriel	8
Vila Velha	Boa Vista I	8
Vila Velha	Morada da Barra	8

O intuito é o de lançar um novo olhar sobre algo que vem sendo tratado quase que como corriqueiro. Acostuma-se com narrativas sobre áreas de vulnerabilidade social que estampam as páginas dos jornais principalmente pelas notícias de violência e, tem, portanto, lugar quase que cativo nos cadernos de Polícia. Pretende-se aqui compreender como os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* constroem as narrativas sobre essas localidades. Há semelhanças e/ou diferenças entre os veículos? Há sobre esses bairros divulgação de informações sobre outros temas (ex.: cultura) ou prende-se apenas às questões de violência? Há traços que se repetem nas narrativas? Estes são alguns dos questionamentos que podem vir a elucidar a pesquisa que encontra-se em desenvolvimento.

IMPrensa E SOCIEDADE

Antes mesmo de voltar-se à complexidade das áreas de vulnerabilidade social (e, conseqüentemente, à cobertura sobre elas nos principais jornais impressos capixabas), é importante realizar um pequeno retorno histórico, visando entender o papel da imprensa e do jornalismo ao passar do tempo. Logo, realizar tal percurso, é lançar luz também sobre características sociais e historicidades que apontam para jeitos de ser e fazer jornal. Do formato partidário à busca pela isenção, muitas são as concepções e mudanças até que se chegue ao entendimento do que hoje é reconhecido como imprensa.

Sob esse viés, Ciro Marcondes Filho (2000, p. 9), aponta que a história do jornalismo reflete de forma bem semelhante o trajeto da modernidade. Na perspectiva econômica a modernidade gerou o empreendedor burguês, personagem mítico cujo desenvolvimento decorre principalmente ao longo do século XVIII. Sob o viés político, a modernidade fez surgir a vitória das democracias republicanas, assim como a movimentação de políticos disputando cadeiras nos parlamentos. Por outro lado, em última instância, sob o aspecto

dos direitos sociais e humanos, foi na modernidade em que se viu nascer a figura do jornalista.

Nilson Lage (2001, p. 30), também aponta reflexões sobre as mudanças discutidas por Marcondes Filho. O autor sublinha que, até a Revolução Industrial, as notícias eram, em síntese, relatos de acontecimentos importantes, sejam eles para a política, o comércio ou a manufatura. Posteriormente, com a conquista do grande público, passam a ser artigos de consumo. O problema é que para tal empreendimento as notícias passam a receber acabamentos padronizados, assim como começam a ser embaladas conforme as técnicas de marketing: “A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence” (LAGE, 2001, p. 29).

Ao abandonar o caráter de militância e visualizar os lucros que podem ser obtidos com a atividade, o jornalismo, assim como outras formas de negócios, precisa ser encarado como empresa e necessita estabelecer métodos de produção padronizados. Busca-se “fórmulas de sucesso”, assuntos e modos de narrar que representem grande número de vendas. Logo, com tal posicionamento, corre-se o risco de perder (principalmente por parte do jornalista que vai à rua, entra em contato com as fontes) o olhar crítico sobre os fatos sociais. Em especial sobre os casos de violência, uma dessas “fórmulas” encontrada pelos jornais é a utilização do sensacionalismo: o fato torna-se espetáculo e é vendido como tal – questiona-se aqui se ao narrar sobre os bairros de vulnerabilidade social os veículos capixabas farão uso de modelos padronizados, mesmo se tratando de dez localidades diferentes, assim como dois veículos concorrentes.

Questiona-se ainda a importância da atividade como função social, assim como a relevância do próprio jornalista como narrador dos acontecimentos cotidianos. Em especial sobre as áreas de vulnerabilidade social, muito mais do que depender do jornalista para evidenciar um acontecimento dessas regiões, hoje, com redes sociais - e a possibilidade de que um único indivíduo atinja vários com seu conteúdo – um morador da região pode se comunicar e lançar a público os fatos que ali ocorrem. Obviamente que não se trata de uma mesma experiência, muito menos (se tratando de uma reivindicação, por exemplo) do mesmo peso que há entre um jornalista (que fala em nome de uma rede de comunicação) *versus* um morador, porém, há que se admitir a possibilidade de que os

acontecimentos sobre bairros vulneráveis cheguem à agenda pública de forma mais descentralizada do que antes.

Devido a isso, o questionamento de que competência tem o jornalista/jornalismo para narrar sobre o outro (entendendo-o aqui este outro como os bairros de vulnerabilidade social) precisa se fazer constante, assim como visualizar os fundamentos da profissão e, neste caso em específico, mapeá-los na cobertura dos principais jornais capixabas.

Nesta perspectiva, ao discutir sobre os elementos do jornalismo, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p. 18) apontam para a característica norteadora da profissão para com a sociedade. Para os autores, as notícias são necessárias para que se estabeleçam ligações uns com os outros, para efeito de proteção, para identificar inimigos e amigos, enfim, para viver a vida. Dessa maneira, o jornalismo se apresenta como uma instituição criada pelas sociedades para fornecer essas notícias. E é exatamente por isso que há a preocupação com a natureza das notícias, tal qual, do jornalismo: eles influenciam a qualidade de vida das pessoas, os pensamentos e a própria cultura.

Entretanto, o processo de entender um fato como acontecimento de relevância ao ponto de ser notícia, até calcular se é mesmo relevante destiná-lo ao público para o qual o jornalista escreve não é tarefa simples. O segredo pode estar na consciência, principalmente partindo do jornalista, de saber equilibrar em uma balança hipotética os diversos fatores que interferem na produção de conteúdo, a linha editorial que segue o veículo, o lugar de fala do jornalista, enfim, tudo aquilo que possa vir a interferir no que deve ou não ser notícia.

Desse modo, assim como considerava Walter Lippman (2008, p. 296), o jornalismo não se trata de um relato em primeira mão, um material bruto lançado ao público, mas, de um relato do material após ter sido estilizado. Trata-se, do resultado de um longo processo que acaba por refletir a posição do veículo, a colocação do jornalista no mundo, entre outros. Sendo a notícia a costura das conversações diárias, é o jornalista também o articulador da realidade, uma realidade bem específica: a representada no jornal.

Assim como olhar para o jornalismo como instituição que narra sobre o cotidiano, as funções que ele detém na tessitura social, torna-se relevante voltar-se também para a figura do próprio jornalista. Em especial nesse trabalho, onde se propõe a análise da representação das áreas de vulnerabilidade social nos jornais, questiona-se quem é esse

jornalista que fala pelo e para o outro. Que legitimação lhe foi concedida para tal função?
E como narrar sobre uma realidade que talvez ele mesmo não conheça?

O JORNALISTA

Para Kovach e Rosenstiel (2004), ao longo de trezentos anos, os jornalistas desenvolveram um código não escrito de valores e princípios que norteia a difusão de informação: “o conhecimento indireto pelo qual as pessoas podem formar suas opiniões sobre o mundo” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 60). Nessa mesma perspectiva, Nelson Traquina (2005, p. 116) aponta para um modo específico de ser do jornalismo, e um modo de operar dos jornalistas: o “jornalês”. Para o autor, cotidianamente, os saberes dos profissionais são vistos como técnicos: o domínio de técnicas para recolher a informação, de elaboração de precisas estruturas narrativas e de uma linguagem específica.

Como profissão, é necessário que se crie um determinado ordenamento visando a produção de material diariamente, entretanto, no jornalismo a busca por procedimentos padronizados reflete também o interesse em tornar o conteúdo menos parcial possível, tentando, ao máximo apagar para o público final as mediações presentes em uma narrativa.

Assim como visto anteriormente, em um primeiro momento, diferentes de outras relações de trabalho, o jornalismo se estabeleceu como um serviço à sociedade, como um ato quase que de militância, para apenas posteriormente visualizá-lo como atividade geradora de lucro. A questão é quando se inverte a ordem, e as vantagens financeiras passam a ser o pontapé inicial do trabalho. Tal perspectiva pode levar à multiplicação de fórmulas lucrativas (como o sensacionalismo, por exemplo), produções de narrativas enviesadas ou que se limitam a descrever e não problematizar – interessa mapear a presença ou não dessas maneiras específicas de narrar sobre os bairros da Grande Vitória, assim como a frequência com que elas virão ou não a serem utilizadas.

Assim sendo, é importante pensar na cobertura sobre as áreas de vulnerabilidade social, da mesma forma que visualizar que fontes são acionadas para contar as histórias relativas a esses espaços. De que maneira são apresentadas as fontes oficiais como secretários de segurança, policiais? E que espaço tem o morador para falar sobre os acontecimentos que

eclorem em torno dele? Todos esses são mapeamentos que se mostram importantes para entender a maneira como a imprensa capixaba representa essas localidades.

Nesse sentido, por mais que se siga uma linha editorial circunscrita, por mais que a empresa indique algumas preferências, o simples processo de apuração, escolha de palavras, enquadramentos de fotografias, enfim, em última instância é a visão do jornalista sobre o fato é que irá prevalecer. E, em especial interessa aqui visualizar que traços são perceptíveis sobre as coberturas de violência. Nilson Lage (2001) também discute sobre o caráter de subjetividade na produção de conteúdo, para exemplificar o autor recorre a uma cobertura religiosa:

A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais *objetivo*, ou preso às aparências, o texto pretenda ser. Assim, pode-se narrar uma procissão do ângulo da contrição dos fiéis, ou com destaque aos problemas de trânsito que causa, ou ainda à contradição entre suas propostas e a realidade contemporânea. No primeiro caso, estaremos, possivelmente, redigindo um texto de fundo religioso; no segundo, de intenções agnóstico mecanicistas; no terceiro, de intenções críticas e materialistas. (LAGE, 2001, p. 20, grifo do autor)

Além das subjetvidades reforçadas por Lage, e de outros fatores presentes no processo, (como o tempo e escolhas editoriais, por exemplo) há que se considerar, de acordo com Michael Kunczik (1997, p. 191) que os jornalistas formulam materiais semelhantes. O autor reforça que, não é possível pensar nos jornalistas como uma classe intelectual socialmente despreendida. É muito provável que os jornalistas construam para si imagens do público que correspondam ao seu próprio lugar e de seus pares. Tal configuração pode gerar um estranhamento nos que não se encaixam nesse extrato social/intelectual específico do qual o jornalista faz parte. Além disso, que tipo de relação é estabelecida entre o profissional e esse outro sobre qual ele narra? É neste momento, pelo desconhecimento de outras realidades, falta de tempo, ou outros fatores que o jornalista corre o risco de se fixar em imagens pré-estabelecidas, criar interpretações enviesadas sobre dadas realidades/personagens.

A NARRATIVA PELO ESTEREÓTIPO

Entender o processo de rotinização das notícias é voltar-se também à criação de imagens já padronizadas difundidas pelo jornalismo, assim como a aceitação social existente em torno delas. Muito mais do que se concentrar historicamente em uma classe, a cultura jornalística é também rica em valores, símbolos que acabam por lançar representações sociais que fornecem as figuras de vilões e heróis (TRAQUINA, 2013, p. 48). Assim como Traquina, o jornalista e escritor Walter Lippmann também se dedicou a discutir sobre a relação que se estabelece (e as imagens que se criam) quando um sujeito entra em contato com um outro.

O que frequentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração. Poucos fatos na consciência parecem ser meramente dados. A maior parte dos fatos na consciência parece ser em parte feita. Um relato é o produto conjunto do conhecedor e o do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e usualmente criativo. Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos (LIPPMANN, 2008, p. 84).

Na maior parte das vezes, ao se deparar com determinado acontecimento, assim como com outros sujeitos, um indivíduo já tem de uma forma pré-concebida um posicionamento. É natural que os sujeitos já peguem o que é pré-estabelecido por sua cultura para interpretar os acontecimentos cotidianos. Dessa forma, acaba-se, por fim, por captar e definir as imagens de uma forma estereotipada. (LIPPMANN, 2008, p. 85) “Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos”. (LIPPMANN, 2008, p. 97)

Como o jornalismo e, conseqüentemente os jornalistas, não podem se desvincular de tal formatação social, assim também acabam sendo, sistematicamente, as notícias: enquadramentos de imagens reconhecidas socialmente que definem o outro. Ao se deparar com dado personagem, e ao narrá-lo para seu público, o jornalista já estará visualizando determinadas categorias sociais conhecidas por ele (assim como acaba por “encaixotar” tal figura em uma dessas). Seja ao se deparar com o personagem, visualizar a profissão que o mesmo ocupa, ou até mesmo o lugar em que mora: tudo isso pode-se tornar indício para que se estabeleçam as mais diversas interpretações. E, nesse ordenamento social constante, as manchetes, assim como as notícias, acabam por demarcar de onde fala esse jornalista, além de como ele deseja que o outro seja visto –

nesse sentido, há a intenção de mapear que traços serão perceptíveis sobre as coberturas dos bairros de vulnerabilidade social na Grande Vitória e de que maneira eles são ressaltados.

Como já dito anteriormente, não é possível representar toda a realidade em uma única notícia, assim como em apenas uma edição de jornal. A sociedade é multifacetada, querer simplificá-la é uma tarefa impossível. Por outro lado, contudo, se tratando em especial do impresso há alguns fatores que cerceiam a capacidade produtiva que são, entre outros, o espaço e o tempo. Então, dessa forma, como compor um jornal diário sem recorrer a métodos que simplifiquem os acontecimentos sociais?

Buscar trabalhar com fórmulas prontas será sempre receita de sucesso. A aceitação desses modelos já formados será sempre garantida. É também por isso que se instaura a generalidade do particular e as notícias tornam-se exemplos de algo sobre que há consenso ideológico. A variedade de coisas do mundo se organiza como uma espécie de regularidade. (LAGE, 2001, p. 101)

Ainda conforme Nilson Lage (2001, p. 101), nesse processo de enquadrar as regularidades surgem também as figuras críticas: aquelas que não se enquadram por algum motivo nas rotulações. Assim como existem também os acontecimentos críticos que acabam por desafiar a ordem do mundo, merecendo um tratamento particular: ora serão tachados de trágicos (crimes da alta sociedade), ora como deploráveis (suicídio).

Seguindo a perspectiva de Lage, Marcondes Filho (2000, p. 109) também alerta para o perigo dos jornalistas se tornarem agentes conservadores da cultura. Se é em torno dos clichês, em realidade, que se estrutura a parte majoritária das notícias, os jornalistas, como todas as pessoas, selecionam, os fatos novos e os classificam a partir de seus estereótipos. Assim, como reforça Marcondes Filhos, eles se tornam atores privilegiados na manutenção de ideias, visto que têm acesso a meios de divulgação em massa de suas ideias (e preconceitos).

Em um contexto que exige cada vez mais rapidez na apuração e cada vez menos tempo sobre os conteúdo, a utilização de clichês torna-se cômoda: “mas, acima de tudo, o clichê constrói antecipadamente a notícia: jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 109). Nesse contexto, voltando-se as

variáveis sociais que compõe as narrativas jornalísticas, em especial sobre as cidades, Marcondes Filho ressalta o caráter de fragmentação que os conteúdos criados podem vir a refletir:

Assim funciona igualmente o mito das “cidadelas”, o fato de se dividir grosseiramente o mundo em duas partes: os de dentro e os outros. A cidadela é o espaço civilizado (“nosso país”, os “países desenvolvidos”, o conjunto de nações onde reina “a civilização e o progresso”) em contraposição à barbárie, que tanto podem ser as “nações perdidas” do continente africano, como interiores onde impera o faroeste ou mesmo os bairros urbanos de nossa cidade, que as máfias transformaram em *terra arrasada*. Nós, cidadãos civilizados, pacíficos telespectadores, ao contrário, estamos resguardados em nossas cidadelas, onde o mundo continua a ser mundo. O melhor dos mundos, naturalmente. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 109-110)

A partir do trecho acima discute-se sobre as diferentes experiências que se estabelecem entre o jornalismo e o outro para o qual ele escreve. Havendo essa divisão, de que forma ela é ressaltada nas narrativas sobre a vulnerabilidade social e, conseqüentemente, sobre violência? Além de compartilharem o ranking de locais mais violentos da região metropolitana no ano de 2016, os bairros anteriormente listados acabam por dividir outras peculiaridades (entre elas serem territórios criados sem um planejamento prévio, assim como serem espaços com grande concentração de jovens). Sendo assim, de que maneira o morador dessas áreas enxerga essa realidade que é evidenciada na mídia? E como a mesma realidade é vista por quem não faz parte daquele ambiente? É perceptível no texto jornalístico que existe um afastamento do repórter daquele lugar, que ele não pertence a tal realidade?

Há que ressaltar que, aos poucos, os jornais vêm investindo em um contato mais próximo com seu leitor (seja por meio de aplicativos, participação ao vivo, enfim, tem-se investido em algumas ferramentas que visam tal aproximação). Com colunas específicas nos jornais, os repórteres visitam diferentes bairros, conversam com moradores, questionam para as autoridades as faltas de estruturas básicas para tais espaços. A questão que fica é: tal movimentação é suficiente para caminhar rumo a narrativas menos estigmatizadas de moradores dessas regiões? Além disso, de que forma é possível problematizar a morte também nesses lugares (vulnerabilidade social, especificamente os dez bairro com maior

índice de homicídios)? Como discutir além de números tal fenômeno quando este não se apresenta nos centros urbanos, mas sim em áreas marginais?

Mesmo que não seja opção metodológica dessa pesquisa ingressar nos conceitos que abrangem a Análise de Discurso cabe aqui evidenciar também o caráter ideológico da produção de conteúdo – entre eles o jornalístico -, assim como ressaltar a impossibilidade de criar formações discursivas (de qualquer instância) neutras.

Eni Orlandi, (2009, p. 46) uma das principais referências no estudo da Análise de Discurso no Brasil enfatiza que, a constituição de sujeitos e sentidos é condicionada pela ideologia. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Assim sendo, para a autora, o sentido forma-se a partir da relação determinada do sujeito (por sua vez afetado pela língua) com a história que o cerceia. Para Orlandi (2009, p. 47) não é possível um sujeito sem ideologia. Tal relação se estabelece, pois, inconsciente e ideologia estão ligados materialmente pela língua, que permeia todo o processo.

Outra pesquisadora que se dedica à temática é Helena Brandão (2004, p. 59). Para a autora é primordial ainda estabelecer a relação do sujeito ideológico com o sujeito histórico. A fala é sempre produzida a partir de um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social bem demarcados, sendo impossível desvincular tal relação. Nessa perspectiva, o sujeito sempre situará o seu discurso em relação ao discurso do outro. “Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo)” (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Sob esse viés, torna-se importante reforçar o caráter ideológico das formações discursivas. Assim como qualquer outro indivíduo, o jornalista não terá condições de visualizar e narrar os acontecimentos de maneira neutra. Não é possível se desvincular das amarras subjetivas, traços culturais, históricos e sociais que o formam enquanto ser pensante. Mesmo que de forma inconsciente, parte dessa estrutura, em alguma instância, estará presente na formação dos conteúdos noticiosos. Somando isso ao veículo para o qual trabalha, assim como a linha editorial seguida, no fim, sejam nos conteúdos sobre os bairros de vulnerabilidade social ou outros assuntos, algumas dessas particularidades serão evidenciados.

O JORNALISMO E O PROCESSO DE ALTERIDADE

Ao refletir sobre a atividade jornalística Marcondes Filhos (2000, p. 36) ressalta que, principalmente em função do tempo, o jornalismo tornou-se um procedimento técnico, antes que uma habilidade investigativa ou linguística. Em tom de ironia e crítica o autor categoriza que, o bom jornalista seria aquele que, em tempo hábil, consegue dar conta das exigências de produção de notícias, mais do que o outro, que escreve melhor, ou sabe mais. Ele deve ser flexível, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informação. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 36)

Marcondes Filho (2000, p. 64) estabelece ainda um paradoxo no caminho da formação do jornalista no mundo: formação cada vez mais precária, realidade cada dia mais complexa. É ao mesmo tempo um questionamento sobre os dias atuais, assim como um testemunho da superação dos profissionais. O autor aponta ainda um outro fator que se deve considerar sobre o jornalismo nos dias de hoje: a incapacidade de aprofundamento e formação de uma opinião pessoal fundamentada. Dessa forma, não conseguindo decifrar ou não buscando apoio de especialistas, os profissionais acabam por cair facilmente em manobras manipulativas de assessorias de imprensa, entre outros, de fontes que caberia a eles questionar. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 64)

Para Cláudia Lago (2010, p. 11), professora que se dedica a refletir sobre o processo de alteridade, é de suma importância reforçar uma relação dialética: faz-se necessário estar a todo momento em um processo de aproximação e distanciamento do que se tenta retratar. Tal direcionamento se dá, principalmente, para que se crie uma desconfiança que será a garantia de não incorporar como verdade a-crítica a fala dos informantes. Nos casos dos bairros com recorde de homicídios, por exemplo, corre-se o risco de tecer narrativas que revelam apenas as fontes oficiais (como a polícia e/ou a Secretaria do Estado de Segurança Pública, por exemplo), deixando de lado o posicionamento daqueles que, diariamente, estão em contato com a violência: os moradores.

Se Lago propõe um distanciamento, Nelson Traquina (2005, p. 196) reforça a atenção sobre o processo de selecionar as fontes. Para o autor, um erro recorrente, é a dependência que se cria sobre determinados sujeitos convocados pelos jornais a falar. Portanto, faz-se necessário a todo o momento reforçar o caráter social do jornalismo. É preciso, principalmente que se volte à uma comunicação que levante questionamentos na tessitura

social, que gere reflexões sobre padrões já pré-estabelecidos. E que, muito antes do jornalismo ser espaço de sentença, a instituição seja espaço de debates.

Ao voltar-se para o processo do jornalismo como narrador do social, assim como sublinhar o processo de alteridade existente na aproximação entre o jornalista e o outro é preciso ressaltar o caráter desproporcional da atividade, assim como a maneira até mesmo arbitrária que precisa ser estabelecida para que existam as notícias – já que em um curto espaço de tempo o jornalista precisa simplificar em um texto, dado acontecimento social, assim como fragmentar as falas dos entrevistados, dando a eles um espaço restrito e simplificado.

Para Cláudia Lago, uma opção para refletir sobre a alteridade no jornalismo é imergir no campo da Antropologia. Para a autora, a área tem muito o que ensinar ao jornalismo sobre a percepção do outro. Nessa perspectiva de visualizar novos horizontes e reflexões, Lago (2010, p. 13) propõe ainda uma busca por melhorias no que tange a profissão. Para a autora falta à profissão, de uma forma geral, um olhar mais inclusivo. “Um contaminar pela possibilidade de entender e acolher visões de mundo radicalmente diferentes daquelas fruto das projeções sobre o público ideal (as camadas médias e altas urbanas)”. E de que forma seria possível provocar este olhar? Para Lago a missão está longe de ser fácil, e, talvez nem se apresente como uma possibilidade já que a própria Antropologia (*locus* de gestação da ideia de alteridade) debate-se com esses dilemas desde o começo da instituição enquanto campo autônomo.

O jornalismo, portanto, apresenta-se como uma atividade em que a reflexão sobre o processo de alteridade deve (ou ao menos deveria) se fazer presente. A simples demarcação de que o “jornal dá voz” a um grupo ou indivíduo é plausível de questionamentos. Ao formatar as notícias, ao delimitar as falas que serão ou não utilizadas, o jornalista já estará demarcando as suas visões de mundo, assim como os interesses inerentes ao jornal em que trabalha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o processo que leva um acontecimento social a virar notícia (assim como o enquadramento que recebe o material) é tarefa complexa. Muitas são as amarras presentes no processo de produção dos conteúdos jornalísticos. Dos critérios de escolha do que é ou não notícia, da linha editorial que cada veículo segue, ao olhar do repórter que produz

as matérias. Da realidade que é múltipla ao jornal que é restrito: muitos são os filtros que influenciam um jornal (seja ele impresso, digital ou televisivo) até sua versão final, diariamente.

Nessa perspectiva, - de um conglomerado de escolhas e processos - é que, por vezes, pode-se chegar (seja pela facilidade ou falta de tempo) às fórmulas padronizadas, maneiras prontas de narrar personagens e realidades, acabando, assim, por criar enquadramentos enviesados de indivíduos e/ou grupos que se encontram à margem da sociedade.

Pensar no jornalismo como instituição autorizada a narrar o cotidiano é também lançar reflexões sobre processo de alteridade. É buscar compreender sobre quem é que se tece narrativas, para que, muito mais do que espaço de pré-julgamentos o terreno jornalístico venha a ser espaço de discussão e pluralidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geralção, 2004.

KUNCZIC, Michael. **Conceitos de Jornalismo** Norte e Sul. São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Santa Catarina: Insular, 2001.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araujo. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

ORLANDI, Eni P.. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Pontes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.